



**2025**

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia Integrada  
de Desenvolvimento Agrícola  
de Santa Catarina – Cidasc



GOVERNO DE  
**SANTA  
CATARINA**  
SECRETARIA DA AGRICULTURA  
E PECUÁRIA



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025

Apresentamos aos nossos colaboradores, parceiros, sociedade e conselheiros o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

### 1. Apresentação

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina é empresa pública estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, com sede em Florianópolis e atuação em todo o território catarinense, por meio de Departamentos Regionais, unidades locais e postos fixos de fiscalização.

A Companhia tem por finalidade executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, por meio de atividades de fiscalização, monitoramento, controle de doenças, inspeção de produtos e educação sanitária.

Seu Planejamento Estratégico institucional reafirma essa missão e orienta a atuação da Companhia para ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária, com base nos valores de excelência, legalidade, transparência e credibilidade.

A estrutura de governança da Companhia, prevista em seu Estatuto Social, compreende Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Elegibilidade, assegurando a adequada condução institucional, a observância às normas legais e regulatórias e a transparência na gestão.

### 2. Principais destaques do exercício

O trabalho desenvolvido pela Cidasc, em parceria com produtores rurais, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva, é essencial para garantir as condições



sanitárias que sustentam o reconhecimento e a competitividade do agronegócio catarinense nos mercados nacional e internacional.

No exercício de 2025, a Companhia consolidou programas estruturantes, fortaleceu ações de vigilância, fiscalização, inspeção e educação sanitária, ampliou investimentos em infraestrutura e tecnologia e reforçou sua capacidade institucional. Esses resultados reafirmam o papel da Cidasc como referência nacional em defesa agropecuária e como agente estratégico na promoção da Saúde Única, integrando saúde animal, humana e ambiental. Entre os principais destaques, sobressaem:

A modernização da fiscalização agropecuária, por meio do **Programa Olho Bom (Projeto Invicta)**, voltado à reestruturação do sistema de fiscalização fixa de trânsito agropecuário, com adoção de modelo mais tecnológico, dinâmico e eficiente. A iniciativa é destacada como investimento aproximado de **R\$ 40 milhões**, com uso de inteligência de dados, vigilância eletrônica e equipes móveis, ampliando o alcance das ações e fortalecendo a prevenção de riscos sanitários.

No enfrentamento à **Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP)**, a Companhia reforçou a vigilância ativa em todo o Estado, ampliou a capacidade de investigação de suspeitas, intensificou ações de educação sanitária e atuou com rapidez e efetividade na contenção de foco registrado em aves de subsistência, preservando a segurança sanitária, alimentar e econômica de Santa Catarina.

No campo do **controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina e bubalina**, Santa Catarina teve aprovado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária o plano estratégico estadual, reconhecendo a consistência das ações desenvolvidas e aproximando o Estado da obtenção do status de risco desprezível (Classe A3).

Outro avanço relevante foi a publicação da **Portaria SAPE nº 50/2025**, que estabeleceu novas regras de **biossegurança para a suinocultura** tecnificada, fortalecendo o padrão sanitário e a competitividade de um dos segmentos mais relevantes da economia agropecuária estadual.

Na área de **sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**, o Comitê Ambiental da Cidasc intensificou suas atividades em 2025, a partir de diagnóstico institucional



sobre consumo de recursos, gestão de resíduos e qualidade de vida no trabalho. Foram implementadas ações como distribuição de canecas ecológicas, adoção de copos de vidro e aquisição de equipamentos para correta destinação de resíduos, reforçando o compromisso da Companhia com o uso racional de recursos e o bem-estar no ambiente laboral.

Na área de **inspeção vegetal**, a Companhia avançou na preparação para assumir as atribuições do Serviço de Inspeção Vegetal, com vistas à adesão ao **Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sisbi-POV)**. Em 2025, foi concluído o diagnóstico situacional do setor de bebidas e prosseguiu a tramitação do anteprojeto de lei necessário à estruturação do serviço.

Na **inspeção de produtos de origem animal**, a Cidasc **ampliou mercados, valorizou os produtos artesanais e reforçou o combate a fraudes**. Em 2025, o número de agroindústrias catarinenses habilitadas no Sisbi-POA cresceu 10%, ampliando a comercialização em todo o território nacional, enquanto o Selo ARTE fortaleceu a visibilidade e a agregação de valor aos produtos artesanais do Estado.

A aquisição de **sequenciador de DNA** constituiu importante reforço à capacidade técnica institucional em análises genéticas aplicadas ao controle e à fiscalização, especialmente no âmbito do combate a fraudes e falsificações de produtos de origem animal.

Na **educação sanitária**, a Companhia ampliou de forma expressiva sua atuação junto a escolas, universidades, produtores rurais, profissionais e sociedade em geral, difundindo a cultura da prevenção e o conceito de Saúde Única.

Também se destaca a aprovação, em 2025, do **Programa SC Rural 2**, com investimento total de US\$ 150 milhões, destinado ao fortalecimento da renda e da competitividade no meio rural. No âmbito do programa, a Cidasc executará R\$ 39,8 milhões em ações de educação sanitária, desenvolvimento tecnológico para a defesa agropecuária e aprimoramento da inspeção de produtos de origem animal e vegetal.

No âmbito da governança, a Companhia reforçou a **gestão de projetos e processos**, com apoio técnico especializado por meio de bolsistas vinculadas ao Núcleo de Gestão de Projetos e ao Núcleo de Gestão de Processos, elevando o nível de maturidade institucional nessas áreas.



Houve ainda investimentos na **revitalização da infraestrutura física**, com assinatura de atas de manutenção predial em seis regiões do Estado, reforma do Laboratório de Joinville, pintura da sede administrativa e execução de melhorias estruturais em diferentes unidades.

Por fim, destaca-se o **reforço da força de trabalho**, com aprovação de concurso público destinado à reposição de empregados desligados pelo Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, medida essencial para garantir a continuidade das atividades estratégicas da Companhia.

### 3. Desempenho das atividades finalísticas

#### 3.1 Defesa Sanitária Animal

No exercício de 2025, a Defesa Sanitária Animal manteve papel estratégico na proteção dos rebanhos, da saúde pública e da competitividade do agronegócio catarinense. Santa Catarina preservou seu reconhecimento internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação e área livre de peste suína clássica, diferenciais sanitários que sustentam a credibilidade do Estado e favorecem o acesso aos mercados mais exigentes.

Nesse contexto, o Estado também avançou no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, com a aprovação do Plano de Ação para obtenção do status sanitário de classificação de risco A3. Em 2025, foram realizados 1.086.570 exames em bovinos e bubalinos, além do registro de 3.287 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose, evidenciando a consistência das ações desenvolvidas.

As atividades de fiscalização e controle do trânsito animal permaneceram em nível elevado ao longo do exercício. Foram contabilizadas 476.509 ações de fiscalização, registradas 1.678.764 Guias de Trânsito Animal (GTAs) e fornecidos 1.339.037 brincos de identificação individual para bovinos e bubalinos, fortalecendo a rastreabilidade e o monitoramento sanitário do rebanho catarinense.

No enfrentamento à Influenza Aviária de Alta Patogenicidade, a Companhia manteve vigilância permanente e capacidade de resposta rápida. Em 2025, foram realizadas 216



investigações de casos suspeitos, com 30 coletas de amostras, demonstrando a efetividade do serviço veterinário oficial e a importância da integração entre prevenção, diagnóstico e atuação em campo.

Também merece destaque a publicação, pela SAPE, da Portaria nº 50/2025, que estabeleceu regras mais rígidas de biossegurança para granjas tecnificadas de suínos em Santa Catarina. As medidas, voltadas à prevenção de enfermidades como a peste suína clássica e a peste suína africana, incluem exigências relativas a cercas, barreiras sanitárias, controle de acesso e gestão de resíduos, com prazos até 2026 e 2027 para adequações estruturais. A iniciativa reforça a proteção do status sanitário estadual e contribui para a sustentabilidade de um setor de grande relevância para a economia catarinense.

No exercício, a Cidasc também recebeu missões técnicas do Chile, do Peru e do Japão, relacionadas aos programas sanitários executados pela área de Defesa Sanitária Animal. As auditorias contribuíram para validar a qualidade e a segurança dos produtos catarinenses, favorecendo a manutenção e a ampliação das exportações. Além disso, a Companhia recebeu serviços veterinários estaduais de outras unidades da Federação, compartilhando conhecimento e experiência em temas como identificação individual de bovinos e bubalinos, vigilância de brucelose e tuberculose, entre outros.

O suporte laboratorial permaneceu decisivo para os resultados alcançados. O Laboratório de Joinville realizou 269 diagnósticos de raiva e 6.125 testes de triagem para brucelose em abatedouros, além de produzir 689 kits de transporte para os programas nacionais de sanidade avícola e febre aftosa. Já o Laboratório de Chapecó, especializado em brucelose, realizou 4.469 testes de triagem e 687 testes confirmatórios por Polarização da Fluorescência, mantendo sua condição de referência técnica no Estado e pioneirismo na utilização dessa metodologia para diagnóstico definitivo.

### **3.2 Defesa Sanitária Vegetal**

A Defesa Sanitária Vegetal manteve, em 2025, atuação estratégica para a proteção do patrimônio agrícola catarinense e para a competitividade da produção estadual. Por meio de ações permanentes de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização, a Cidasc contribuiu para preservar a condição fitossanitária do Estado e reduzir riscos à produção e à comercialização agropecuária.



No exercício, foram realizadas 5.297 inspeções de pragas, 2.637 levantamentos fitossanitários, 404 coletas de amostras para diagnose e 830 fiscalizações de vazio sanitário. Também receberam atenção especial as 6.200 unidades de produção inscritas no processo de certificação fitossanitária, contribuindo para a manutenção do status livre de pragas como *Cydia pomonella*, fogo bacteriano das rosáceas, moko da bananeira e cancro da videira. Essas ações viabilizaram a comercialização segura de produtos como maçãs, bananas e uvas, com emissão de 78.849 Permissões de Trânsito Vegetal (PTVs), volume 3,2% superior ao do ano anterior.

Outro destaque foi a expansão do e-Origem, que alcançou 6.490 produtores, com crescimento de 3,4% no ano, fortalecendo os mecanismos de rastreabilidade e gestão das informações do setor vegetal.

Na fiscalização de insumos agrícolas, a Companhia realizou 5.039 fiscalizações junto a comerciantes, usuários e profissionais do setor. No controle de qualidade, foram coletadas 1.141 amostras de produtos de origem vegetal, sendo 622 no Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos e 511 no Programa Alimento Sem Risco, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina. O índice de conformidade da produção convencional no programa da Cidasc alcançou 90,3%, o melhor resultado da série histórica.

No controle externo da qualidade de sementes, foram analisadas 384 amostras, com índice de aprovação de 77,63%, também o melhor resultado anual. A Companhia intensificou ainda a fiscalização sobre a destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, com 73 fiscalizações em centrais de recolhimento e 24 em empresas recicladoras, além da análise de 2.508 solicitações no Cadastro Estadual de Agrotóxicos.

A área de Inspeção Vegetal também avançou na adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV), por meio do processo SGPE SAR 1500/2025. A minuta de lei elaborada com a Secretaria da Agricultura e Pecuária recebeu parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado e seguiu em tramitação. Também foi concluído o Diagnóstico Situacional de Bebidas, que subsidiará a estruturação do serviço estadual de inspeção de produtos de origem vegetal.

Na classificação de produtos de origem vegetal, a Cidasc classificou mais de mil toneladas de produtos com padrões oficiais estabelecidos pelo MAPA e emitiu 1.414



certificados de qualidade, especialmente para feijão, cebola e arroz. A Companhia renovou ainda o contrato com a AFUBRA para acompanhamento da comercialização de tabaco em folha curado, realizando mais de 750 plantões e mais de 8.200 acompanhamentos a produtores em Santa Catarina.

Também merece destaque o Programa Selo de Conformidade Cidasc (SCC). Em 2025, foram registradas 16 agroindústrias certificadas e 9 em processo de certificação. Os produtos certificados já estão presentes em mais de 20 países, e, no segmento do arroz, quase 38% do arroz beneficiado em Santa Catarina encontra-se em processo de certificação pelo SCC.

### 3.3 Inspeção de Produtos de Origem Animal

A inspeção de produtos de origem animal manteve-se como uma das frentes mais relevantes da atuação institucional da Cidasc, contribuindo diretamente para a segurança dos alimentos, a proteção do consumidor e o fortalecimento da agroindústria catarinense.

Em 2025, foram registradas 16 novas agroindústrias, totalizando 471 estabelecimentos ativos vinculados ao Serviço de Inspeção Estadual. Esse resultado evidencia a confiança no serviço prestado e o compromisso permanente da Companhia com a regularidade sanitária e a qualidade dos produtos disponibilizados à sociedade.

Ao longo do exercício, foram realizadas 7.741 ações fiscalizatórias, abrangendo fiscalizações de rotina, auditorias, supervisões, atendimento a denúncias e ações de combate a fraudes. Complementando esse trabalho, o monitoramento laboratorial envolveu 955 amostras oficiais e 3.413 análises laboratoriais, com índice de conformidade de 89,60%.

A expansão de mercados continuou sendo resultado concreto da atuação técnica da Companhia. Em 2025, 21 novos estabelecimentos aderiram ao Sisbi-POA, totalizando 154 agroindústrias habilitadas a comercializar em todo o território nacional. No mesmo período, foram concedidos 179 novos registros do Selo ARTE, alcançando 442 certificações ativas no Estado, o que reforça a valorização dos produtos artesanais e sua inserção em mercados mais amplos.



Além do trabalho de fiscalização e certificação, a Cidasc também seguiu investindo na qualificação do setor produtivo e no incentivo à melhoria dos rebanhos. No Programa Novilho Precoce, foram repassados R\$ 28.365.970,71 a 2.493 produtores rurais, viabilizando o abate de 193.188 bovinos dentro dos critérios estabelecidos.

### **3.4 Educação Sanitária**

A Educação Sanitária consolidou-se, em 2025, como instrumento transversal e estratégico para o fortalecimento da defesa agropecuária. Mais do que ação complementar, trata-se de dimensão essencial da atuação institucional, ao promover orientação, conscientização e corresponsabilização de produtores, estudantes, profissionais e da sociedade em geral.

No exercício, a Companhia atuou em parceria com 23 instituições de ensino técnico e superior e 120 escolas de ensino fundamental, alcançando mais de seis mil estudantes. Destacaram-se, nesse universo, 1.512 participantes do Programa Sanitarista Acadêmico e 4.500 do Programa Sanitarista Júnior.

Em paralelo, foram realizadas 75.800 orientações técnicas, individuais e coletivas, dirigidas a produtores rurais, estabelecimentos, consumidores e demais públicos, além de mais de 2.400 ações educativas, entre cursos, treinamentos, palestras, reuniões técnicas e iniciativas em mídias.

A modalidade de Educação a Distância também foi fortalecida, com oferta de 28 cursos voltados às áreas de inspeção de produtos de origem animal, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária animal, ampliando o acesso à capacitação técnica e contribuindo para a disseminação da cultura da prevenção.

## **4. Gestão de Pessoas**

Os resultados institucionais alcançados em 2025 estão diretamente relacionados ao comprometimento e à qualificação do quadro funcional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Cidasc contava com 1.434 trabalhadores, sendo 1.246 servidores em cargos efetivos, 42 servidores com contratos temporários e 146 terceirizados.



A distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim evidencia a predominância da atuação finalística da Companhia, com 1.031 trabalhadores alocados na área fim e 403 na área meio. Esse perfil demonstra a orientação da estrutura organizacional para o atendimento das atividades diretamente relacionadas à missão institucional.

O quadro funcional também apresenta relevante nível de qualificação, com predominância de profissionais com ensino superior completo e presença de trabalhadores com especialização, mestrado e doutorado. Em 2025, destacou-se ainda a aprovação de concurso público voltado à recomposição do quadro, especialmente em razão dos desligamentos decorrentes do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, medida fundamental para a continuidade dos serviços essenciais e para a preparação da Companhia diante de novos desafios institucionais.

## **5. Patrimônio, infraestrutura e suporte operacional**

Em 2025, a Cidasc deu continuidade à revitalização patrimonial e à modernização de sua infraestrutura e logística. Destacam-se a formalização de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Administração para serviços de engenharia e execução da Ata de Registro de Preços nº 6825 – Manutenção Predial, com melhorias na sede administrativa e em outras unidades.

No período, também avançaram a alienação de imóveis, a estruturação de leilão de bens móveis inservíveis, a aquisição de 131 aparelhos de ar-condicionado, a contratação de serviços terceirizados, a implantação de vigilância patrimonial e a modernização da frota, com reforço operacional vinculado ao Projeto Invicta. Essas ações contribuíram para qualificar o suporte às atividades da Companhia em todo o Estado.

## **6. Gestão de Tecnologia**

Em 2025, a modernização tecnológica seguiu como eixo de aprimoramento da gestão e apoio às atividades da Companhia. Destacam-se o aperfeiçoamento do SIGEN+, a consolidação do projeto Conecta.Cidasc, a integração com a Secretaria da Fazenda para emissão de DARE com pagamento via PIX e o desenvolvimento de novo painel de indicadores e metas.



No período, também houve ampliação da infraestrutura de tecnologia, com renovação de equipamentos e serviços, modernização do datacenter, atualização do planejamento estratégico da área e aprovação de concurso público para reforço da equipe de TI.

## **7. Governança, riscos, ouvidoria e integridade**

O fortalecimento da governança institucional constituiu eixo relevante da atuação da Cidasc em 2025. A Supervisão de Conformidade e Gerenciamento de Riscos manteve atuação voltada à promoção da integridade, da conformidade normativa e da gestão responsável dos riscos organizacionais, contribuindo para o aperfeiçoamento dos controles internos e para a consolidação de uma cultura institucional orientada pela ética e pela prevenção.

Ao longo do exercício, a unidade consolidou seu primeiro ciclo de atuação, com capacitação técnica em temas relacionados a compliance, integridade, gestão de riscos e governança em empresas estatais, ampliando sua capacidade de atuação transversal junto às diferentes áreas da Companhia.

Nesse mesmo ambiente de fortalecimento institucional, a Ouvidoria seguiu exercendo papel relevante como canal de interlocução entre a sociedade e a Cidasc. Em 2025, foram registrados 451 atendimentos, dos quais 340 resultaram em algum tipo de intervenção da Companhia. As manifestações concentraram-se principalmente nas áreas de defesa sanitária animal, administrativa, inspeção e defesa sanitária vegetal, fornecendo subsídios importantes para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados.

Dessa forma, governança, integridade, gestão de riscos e escuta social permaneceram articuladas como dimensões complementares da boa administração pública.

## **8. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**

Em 2025, a sustentabilidade seguiu como eixo transversal da gestão institucional. Com base em diagnóstico sobre consumo de recursos, gestão de resíduos e qualidade de vida no trabalho, a Companhia adotou medidas como distribuição de canecas ecológicas, uso de copos de vidro em reuniões e aquisição de equipamentos para correta destinação de resíduos.



As ações reforçam o compromisso da Cidasc com a sustentabilidade ambiental, a eficiência administrativa e a melhoria do ambiente de trabalho.

## 9. Desempenho econômico-financeiro

Os dados econômico-financeiros são fundamentais para avaliação da sustentabilidade institucional, da eficiência na alocação dos recursos e da capacidade de cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia.

### Dados Econômico Financeiros

	2025	2024	Análise Horizontal
Receita Operacional Bruta	R\$ 7.363.337	R\$ 6.765.602	+8%
Receita Operacional Líquida	R\$ 7.251.008	R\$ 6.635.381	+8%
Resultado Financeiro	R\$ 1.734.269	R\$ 177.480	+90%
Ativo Total	R\$ 142.093.494	R\$ 160.338.480	-13%
Patrimônio Líquido	(R\$ 27.717.053)	(R\$ 24.341.896)	-12%
Resultado do Exercício	(R\$ 3.121.283)	(R\$ 4.523.290)	+45%

### Índices de Liquidez

Representam a capacidade da empresa em cumprir com seus compromissos, no longo, curto prazo e prazo imediato.

	2025	2024	2023	2022	2021
Liquidez Corrente	0,70	0,74	0,81	1,00	0,88
Liquidez Geral	0,66	0,67	0,73	0,76	0,91
Liquidez Seca	0,66	0,71	0,78	0,82	0,86

## Índices Patrimoniais e Estruturais

O índice de imobilização demonstra o quanto do patrimônio líquido está investido em imobilizado. Já o índice de endividamento demonstra a proporção do endividamento em relação ao ativo total.

	2025	2024	2023	2022	2021
Imobilização Técnica	(1,10)	(1,50)	(2,10)	(2,44)	15,08
Endividamento Geral	2,99	1,15	1,10	1,08	0,99

## Índices de Rentabilidade

Mede se a empresa está sendo lucrativa através dos capitais investidos, o quanto renderam os investimentos e qual o resultado econômico da empresa.

	2025	2024	2023	2022	2021
Margem Líquida	(1%)	(2%)	1%	(6%)	0%
Margem Bruta	2%	1%	2%	2%	2%
Margem Operacional Líquida	(78%)	(71%)	27%	(233%)	8%

## 10. Considerações finais

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam a relevância da Cidasc como instituição estratégica para a defesa agropecuária, a proteção da saúde pública, a valorização da produção catarinense e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

A manutenção dos reconhecimentos sanitários, o fortalecimento da fiscalização, os avanços em rastreabilidade, inspeção, educação sanitária, tecnologia, governança, infraestrutura e gestão de pessoas demonstram a capacidade da Companhia de gerar valor público e responder, com eficiência e responsabilidade, aos desafios do setor agropecuário.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
**COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**  
DIVISÃO DE GESTÃO CONTÁBIL



A Administração reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência, a integridade e a excelência na prestação de serviços à sociedade catarinense.

Florianópolis/SC, março de 2026.

### **A Administração**

**Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc**

CNPJ 83.807.586/0001-28

Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis/SC - CEP 88034-400

(48) 3365-7000

[www.cidasc.sc.gov.br](http://www.cidasc.sc.gov.br)



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Em 31 de dezembro de 2025**  
(Valores expressos em Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	19.024.225	14.302.457
Contas a Receber de Clientes	7	3.092.409	3.096.090
Partes Relacionadas	8	27.260.906	27.359.835
Estoques	9	2.848.210	2.461.128
Tributos a Recuperar	10	846.236	3.295.511
Despesas Antecipadas	11	37.104	48.756
Outros Ativos Circulantes	12	3.699.822	3.303.924
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>56.808.913</b>	<b>53.867.703</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>54.774.717</b>	<b>69.902.290</b>
Partes Relacionadas	8	52.712.844	67.690.920
Depósitos Judiciais	13	2.061.873	2.211.370
Despesas Antecipadas	11	0	3.787
<b>Investimentos</b>	14	30.996	30.996
<b>Imobilizado</b>	15	30.465.944	36.496.646
<b>Intangível</b>	16	12.923	37.058
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>85.284.580</b>	<b>106.470.777</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>142.093.494</b>	<b>160.338.480</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Em 31 de dezembro de 2025**  
(Valores expressos em Reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	267.278	149.672
Tributos a Recolher	18	10.681.716	9.835.166
Obrigações Trabalhistas	19	40.802.376	31.826.305
Partes Relacionadas	20	27.380.017	27.359.835
Convênios	21	1.984.226	2.268.602
Outros Passivos Circulantes	22	407.562	1.043.130
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>81.523.175</b>	<b>72.482.710</b>
<b>Não Circulante</b>			
Partes Relacionadas	20	52.712.844	67.690.920
Convênios	23	9.089.994	14.823.346
Provisão para Contingências	24	26.087.684	13.136.093
Outros Passivos Não Circulantes	25	396.850	16.547.306
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>88.287.371</b>	<b>112.197.666</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	26	49.208.424	49.208.424
Reserva de Reavaliação	26	4.761.800	4.761.800
Reserva de Capital	26	13.953.092	13.953.092
Prejuízos Acumulados		(95.640.369)	(92.265.212)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(27.717.053)</b>	<b>(24.341.896)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>142.093.494</b>	<b>160.338.480</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receita Líquida</b>		<b>7.251.008</b>	<b>6.635.381</b>
Receitas de Vendas	27	321	616
Receitas de Serviços	27	659.157	785.959
Receitas Tributárias	27	6.591.530	5.848.805
<b>Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados</b>		<b>(2.423.239)</b>	<b>(2.702.451)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	28	(117)	(1.117.845)
Custo dos Serviços Prestados	28	(176.759)	(224.890)
Custo associado à Receita de Tributos	28	(2.246.364)	(1.359.716)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>4.827.768</b>	<b>3.932.929</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(9.683.321)</b>	<b>(8.633.700)</b>
Gerais e Administrativas	29 a	(310.522.361)	(287.744.375)
Outras Receitas	29 b	301.008.410	279.194.099
Outras Despesas	29 c	(169.369)	(83.424)
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(4.855.552)</b>	<b>(4.700.771)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.734.269</b>	<b>177.480</b>
Receitas Financeiras	30	1.949.375	424.402
Despesas Financeiras	30	(215.106)	(246.922)
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(3.121.283)</b>	<b>(4.523.290)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	0	0
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>(3.121.283)</b>	<b>(4.523.290)</b>
Número de ações		42.408.424	42.408.424
Lucro por ação (em reais)		(0,07)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
DIVISÃO DE GESTÃO CONTÁBIL



SECRETARIA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>49.208.424</b>	<b>13.953.092</b>	<b>4.761.800</b>	<b>(87.270.709)</b>	<b>(19.347.393)</b>
Resultado Líquido do Exercício 2024	0	0	0	(4.523.290)	(4.523.290)
Ajustes exercício anterior	0	0	0	(471.212)	(471.212)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>49.208.424</b>	<b>13.953.092</b>	<b>4.761.800</b>	<b>(92.265.212)</b>	<b>(24.341.896)</b>
Resultado Líquido do Exercício 2025	0	0	0	(3.121.283)	(3.121.283)
Ajustes exercício anterior	0	0	0	(253.873)	(253.873)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>49.208.424</b>	<b>13.953.092</b>	<b>4.761.800</b>	<b>(95.640.369)</b>	<b>(27.717.053)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<b>(3.121.283)</b>	<b>(4.523.290)</b>
Ajuste por:		
Depreciação	7.557.068	7.709.157
Resultado ajustado	<b>4.435.786</b>	<b>3.185.867</b>
Aumento ou Redução nos Ativos	<b>16.626.664</b>	<b>30.574.839</b>
Clientes	3.681	220.572
Outros Créditos	1.867.053	3.370.668
Convênios Concedidos	0	63.346
Estoques	(387.082)	51.682
Despesas do Exercício Seguinte	11.652	(11.256)
Realizável a Longo Prazo	15.131.360	26.879.827
Aumento ou Redução nos Passivos	<b>(14.889.679)</b>	<b>(36.173.319)</b>
Obrigações a Pagar Circulante	9.020.616	(6.388.730)
Passivo Não Circulante	(23.910.294)	(29.784.589)
<b>Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>6.172.771</b>	<b>(2.412.613)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Variação Imobilizado	(1.526.367)	(3.548.140)
Variação Intangível	24.135	65.370
<b>Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(1.502.232)</b>	<b>(3.482.770)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
<b>Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.670.539</b>	<b>(5.895.383)</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.670.539</b>	<b>(5.895.383)</b>
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício (divulgado anteriormente)	14.302.457	20.671.916
(-) Ajuste de exercícios anteriores	51.228	(474.075)
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício (reapresentado)	14.353.686	20.197.841
Caixa e Equivalentes no Fim do Exercício	19.024.225	14.302.457

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
(Valores expressos em Reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receitas</b>	<b>13.381.002</b>	<b>7.057.387</b>
Venda de Mercadorias e Serviços	7.363.337	6.765.602
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.673	222.027
Outras Receitas	6.013.991	69.759
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>22.533.553</b>	<b>24.760.410</b>
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	2.423.239	2.702.451
Materiais, Energia e Serviços de Terceiros	19.940.944	21.974.535
Outros Custos e Despesas	169.369	83.424
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(9.152.551)</b>	<b>(17.703.023)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>7.557.068</b>	<b>7.709.157</b>
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>(16.709.620)</b>	<b>(25.412.181)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>296.937.698</b>	<b>279.145.041</b>
Receitas Financeiras	1.949.375	424.402
Receitas de Subvenção	279.482.400	269.936.228
Outras Receitas	15.505.922	8.784.411
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>280.228.078</b>	<b>253.732.860</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração Direta	242.086.949	224.378.048
Benefícios	26.685.756	22.927.531
FGTS	10.964.570	10.141.868
<b>Plano Demissão Voluntária Incentivada</b>	<b>2.887.685</b>	<b>-</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		
Federais	108.024,76	184.506
Estaduais	89.579	90.109
Municipais	307.051	286.598
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>		
Juros	219.747	247.492
<b>Prejuízos Retidos do Exercício</b>	<b>(3.121.283)</b>	<b>(4.523.290)</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>280.228.078</b>	<b>253.732.860</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Celles Regina de Matos  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Bairro Itacorubi – em Florianópolis/SC, Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, criada conforme a Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979 e fundada em 27 de novembro de 1979.

A Companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

---

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia e preparadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa. Os valores das Demonstrações e das Notas Explicativas foram arredondados, podendo ocorrer pequenas diferenças de soma.

---

### 3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

---

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem divergir dessas estimativas. As avaliações levaram em conta experiências de eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, dentre outros fatores. Os itens sujeitos a estas estimativas são:

- Análise do risco de perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- Provisões para contingências.

---

### 4. BASES DE MENSURAÇÃO

---

O critério de mensuração adotado na elaboração das demonstrações financeiras considera conforme a natureza do ativo/passivo, as bases de: custo histórico, valor justo e valor recuperável.

---

### 5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

#### a) Caixas e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários, saldos em conta movimento e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os recursos encontram-se centralizados em instituição financeira autorizada pelo Estado, conforme Decreto Estadual nº 1.073/2017.

#### b) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado e mensuradas, subsequentemente, pelo valor líquido de realização, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), calculada com base no histórico de inadimplência.

#### c) Partes Relacionadas

A Companhia identifica e divulga suas partes relacionadas conforme a NBC TG 05 (R3), incluindo o Governo do Estado de Santa Catarina, na condição de controlador, e as transações relevantes realizadas com tais partes, como os Programas de Demissão Incentivada e de Demissão Voluntária Incentivada.



Ambos os programas são custeados com recursos provenientes do ente controlador. Contabilmente, aos valores são provisionados com base no abono devido aos empregados que aderiram aos programas. Os valores são reconhecidos no momento do desligamento do empregado, e os abonos são pagos aos ex-empregados em até 156 meses (PDI) e em até 36 meses (PDVI), com reajustes monetários anuais conforme estabelecidos nos acordos coletivos. Os saldos são apresentados no Circulante e no Não Circulante, conforme o prazo estimado de realização.

#### **d) Estoques**

Os estoques são registrados ao custo de aquisição e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

#### **e) Propriedades para investimento**

Os terrenos mantidos para valorização são classificados como propriedade para investimento e mensurados pelo custo histórico, líquido de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **f) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição (incluindo correção monetária até 31/12/1995, quando aplicável) e apresentado líquido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens; os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas na alienação de ativos são reconhecidos no resultado pela comparação entre o valor de alienação e o valor contábil. A Companhia avalia, a cada data de balanço, a existência de indícios de desvalorização; quando identificados, estima o valor recuperável e reconhece perdas, quando aplicável.

#### **g) Intangível**

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição quando controlados pela Companhia e quando é provável a geração de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis com vida útil definida (principalmente softwares) são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada e avaliados quanto a indícios de desvalorização na data-base.

#### **h) Obrigações e Provisões Trabalhistas**

As obrigações trabalhistas e encargos sociais são reconhecidos pelo regime de competência e mensurados pelo valor a pagar.

#### **i) Provisão de Contingências**

Provisões para contingências trabalhistas e cíveis são constituídas quando há obrigação presente decorrente de evento passado, for provável a saída de recursos e o valor puder ser estimado com confiabilidade, com base na avaliação dos assessores legais.



## **j) Convênios**

As receitas provenientes de convênios são reconhecidas como receitas de subvenções quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no convênio. As receitas são reconhecidas no resultado e confrontadas com as despesas que pretendem compensar. A contrapartida da subvenção é reconhecida no passivo, enquanto não são atendidos os requisitos para o reconhecimento. No caso específico de convênios cujos recursos se destinem à aquisição ou construção de ativos de longo prazo, como bens do imobilizado ou intangível, aplica-se o tratamento contábil descrito no item k) Convênios Longo Prazo.

## **k) Convênios Longo Prazo**

Os recursos de convênios destinados à aquisição ou formação de ativos imobilizados e intangíveis são inicialmente registrados no passivo, como receita diferida, até que estejam presentes as condições para seu reconhecimento. Posteriormente, esses valores são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos bens, na mesma base da depreciação ou amortização dos respectivos ativos.

## **l) Receitas**

Receitas de venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios. Receitas de prestação de serviços são reconhecidas conforme a efetiva prestação. Receitas de taxas e multas decorrem, principalmente, de cobranças relacionadas às atividades de defesa sanitária e inspeção.

## **m) Subvenções**

A Companhia, na condição de empresa estatal dependente, recebe repasses do Tesouro Estadual para manutenção e custeio. Tais repasses são reconhecidos no resultado conforme as despesas a que se destinam; valores recebidos antecipadamente, quando aplicável, permanecem no passivo até sua realização.

## **n) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

## **o) Tributos sobre o Lucro**

A Companhia é tributada pelo lucro real. O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos quando há base tributável positiva.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Compreende os saldos de disponibilidade de depósitos bancários de curto prazo e de liquidez imediata e estão disponibilizados conforme exposto no quadro abaixo:

	2025	2024
Conta única (1)	18.966.269	13.811.959
Aplicações Financeiras (2)	57.956	490.498
<b>Total</b>	<b>19.024.225</b>	<b>14.302.457</b>

(1) Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.

(2) As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM e pela Caixa Econômica Federal.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os Créditos a Receber oriundos da conta clientes são recursos a receber pela venda de mercadorias e prestação de serviços, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

### a) Composição do Saldo

	2025	2024
Duplicatas a receber	313.625	315.708
Duplicatas em cobrança judicial	3.332.262	3.337.532
(-) Encargos Financeiros a apropriar	(8.129)	(8.129)
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(545.348)	(549.021)
<b>Total</b>	<b>3.092.409</b>	<b>3.096.090</b>

### b) Vencimento das Duplicatas

	2025	2024
A vencer	–	--
Vencidas em até 30 dias	1.427	4.120
Vencidas há mais de 30 dias e em até 5 anos	5.898	3.089.494
Vencidas há mais de 5 anos (1)	3.630.432	551.497
<b>Total</b>	<b>3.637.757</b>	<b>3.645.111</b>

(1) Dentre as duplicatas vencidas há mais de 5 anos, o montante de R\$ 3.090.634,42 está em litígio judicial e consideramos provável o recebimento.



### c) Movimentação de Perdas Estimadas de Créditos Liquidação Duvidosa

	<b>2025</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>771.048</b>
Adições	181.675
Reversões	(403.702)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>549.021</b>
Adições	2.423
Reversões	(6.096)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>545.348</b>

## 8. PARTES RELACIONADAS - ATIVO

A Cidasc recebe do seu ente controlador, o Governo do Estado de Santa Catarina, recursos para pagamento do Programa de Demissão Incentivada (PDI) e do Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI).

### a) Composição do saldo do Ativo Circulante

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Programa de Demissão Incentivada	23.452.988	27.359.835
Programa de Demissão Voluntária Incentivada	3.807.918	-
<b>Total</b>	<b>27.260.906</b>	<b>27.359.835</b>

### b) Composição do saldo do Ativo Não Circulante

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Programa de Demissão Incentivada	47.839.031	67.690.920
Programa de Demissão Voluntária Incentivada	4.873.813	-
<b>Total</b>	<b>52.712.844</b>	<b>67.690.920</b>

### c) Programa de Demissão Incentivada (PDI)

O Programa aprovado em 12 de setembro de 2008 buscou a otimização dos recursos financeiros despendidos com a folha de pagamento, mediante redução e renovação de seu quadro funcional. Os incentivos terminam em 2030, e os valores estão segregados no circulante e no não circulante.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 anos. Foram demitidos pelo programa 577 empregados.

### c.1) Composição do Programa no Balanço Patrimonial

	2025	2024
Circulante	23.452.988	27.359.835
Não Circulante	47.839.031	67.690.920
<b>Total</b>	<b>71.292.019</b>	<b>95.050.755</b>

### c.2) Previsão de dispêndios com o PDI para os próximos exercícios

A composição de pagamento por ano até o final do programa está classificada conforme a Tabela abaixo:

	Em Reais	% do total
2026	23.452.988	32,90%
2027	19.572.286	27,45%
2028	17.636.804	24,74%
2029	10.479.548	14,70%
2030	150.393	0,21%
<b>Total</b>	<b>71.292.019</b>	<b>100%</b>

### d) Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI)

Já o PDVI teve os desligamentos iniciados em janeiro de 2025, e até o encerramento do exercício, 29 empregados aderiram e se desligaram da empresa. Os desligamentos ainda ocorrerão até dezembro de 2026. Os incentivos financeiros serão pagos em até 36 meses.

#### d.1) Composição no Balanço Patrimonial

	2025	2024
Circulante	3.807.918	—
Não Circulante	4.873.813	—
<b>Total</b>	<b>8.681.731</b>	<b>—</b>

#### d.2) Previsão de dispêndios com o PDVI para os próximos exercícios

	Em Reais	% do total
2026	3.807.918	43,86%
2027	3.616.291	41,65%
2028	1.257.522	14,48%
<b>Total</b>	<b>8.681.731</b>	<b>100%</b>

## 9. ESTOQUES

Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido de impostos recuperáveis.

	2025	2024
Estoques para Revenda	9.969	10.024
Estoques de Almoxarifado	2.838.241	2.451.104
<b>Total</b>	<b>2.848.210</b>	<b>2.461.128</b>

## 10. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo é composto por direitos da empresa junto a União. Os créditos relativos aos tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras e de valores pagos a maior a compensar.

Deste total, R\$ 33.997 estão em análise na Receita Federal do Brasil para restituição aos cofres da Cidasc.

	2025	2024
IRPJ	186.112	1.770.073
CSLL	24.590	586.024
PIS	119.233	174.538
COFINS	516.301	790.659
INSS	–	7.557
(-) Provisão Ajuste Valor Recuperável	–	(33.340)
<b>Total</b>	<b>846.236</b>	<b>3.295.511</b>

## 11. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da conta Despesas Pagas Antecipadamente refere-se principalmente ao pagamento antecipado de despesas cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro e que serão apropriadas conforme a competência, como licenciamento de veículos, IPTU, ITR e seguros.

	2025	2024
Prêmios de Seguros	619	710
Licenciamento de Veículos	31.294	34.250
Imposto Predial Territorial Urbano	2.351	2.950
Imposto Territorial Rural	–	431
Assinaturas de Anuidades	2.840	10.415
<b>Total</b>	<b>37.104</b>	<b>48.756</b>

Em 2024, a conta de Despesas Antecipadas do Ativo Não Circulante apresentava saldo de R\$ 3.787,32, correspondente a assinaturas de anuidades, que foram reclassificadas para o Ativo Circulante.

## 12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Referem-se, principalmente, a Adiantamentos de 13º salário, de Fornecedores, e de Viagens a colaboradores, bem como outros créditos.

	2025	2024
Adiantamento de 13º salário (1)	581.485	543.214
Adiantamento de diárias	36.202	8.972
Adiantamento de salários	4.832	–
Adiantamento a fornecedores	16.424	16.203
Créditos por dano ao erário	34.658	37.204
Ressarcimento empregados cedidos (2)	2.945.621	2.618.707
Outros créditos (3)	80.600	79.624
<b>Total</b>	<b>3.699.822</b>	<b>3.303.924</b>

- (1) Os valores à título de adiantamento de 13º salário correspondem praticamente ao adiantamento do 13º de 2026, repassado em dezembro de 2025, direito concedido mediante Acordo Coletivo de Trabalho.
- (2) Os valores registrados na conta Ressarcimento de empregados cedidos tratam-se de direito ao reembolso da folha de pagamento de empregados cedidos a outros órgãos. Referem-se principalmente à folha de dezembro e 13º salário/2025.
- (3) O saldo corresponde principalmente a pagamentos realizados pela Cidasc e que serão cobrados de terceiros.

## 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem ao total de recursos depositados em juízo e de processos que não foram encerrados até o final do exercício, na opinião dos nossos assessores jurídicos.

A Cidasc não sofre mais bloqueios judiciais por conta da apreciação pelo Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 542 que resultou nos pagamentos dos débitos trabalhistas que agora ocorrem pela sistemática dos precatórios conforme artigo 100 da Constituição Federal.

	2025	2024
Depósitos Recursais	1.790.347	1.928.428
Bloqueios Judiciais	271.526	282.942
<b>Total</b>	<b>2.061.873</b>	<b>2.211.370</b>

---

## 14. INVESTIMENTOS

---

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito na NBC TG 27(R4) – Imobilizado. Para reconhecimento foi utilizado método de custo. Como tratam-se de terrenos, não há depreciação para estes bens.

	2025	2024
Propriedades para Investimento	30.996	30.996
<b>Total</b>	<b>30.996</b>	<b>30.996</b>

---

## 15. IMOBILIZADO

---

### a) Composição do saldo

	2025	2024
Imobilizados em operação	28.976.502	35.648.468
Imobilizados em andamento	1.489.442	848.178
<b>Total</b>	<b>30.465.944</b>	<b>36.496.646</b>

### b) Critérios de mensuração

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso. Após o reconhecimento inicial, o imobilizado é apresentado pelo método do custo, deduzido da depreciação acumulada e de de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

### c) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas permitidas pela legislação fiscal.

#### d) Vida útil/Taxa de Depreciação

Classe	Vida útil	Taxa
Máquinas	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Obras	25 anos	4%
Benfeitorias em Prop. Terceiros	25 anos	4%
Equipamentos de Computação	5 anos	20%
Correias Transportadoras	2 anos	50%
Tratores	5 anos	20%
Móveis	10 anos	10%
Ferrovias	25 anos	4%
Outros	5 a 25 anos	4% a 20%

#### e) Valor contábil bruto e depreciação acumulada

##### Início do Período (saldo em 01/01/2025)

Classe	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Impairment Acumulado	Valor Contábil Líquido
Máquinas	46.239.788	(43.978.486)	–	2.261.302
Veículos	40.137.229	(25.475.266)	–	14.661.963
Benfeit. Prop. Terceiros	14.701.912	(7.049.504)	–	7.652.408
Obras	14.544.010	(14.407.701)	–	136.309
Equip. Computação	11.630.227	(8.573.731)	–	3.056.496
Correias Transport.	8.294.610	(8.294.610)	–	–
Terrenos	6.116.960	–	–	6.116.960
Móveis	5.245.805	(3.567.563)	–	1.678.242
Tratores	3.836.153	(3.836.153)	–	–
Outros	1.440.790	(1.356.002)	–	84.788
Ferrovias	1.050.784	(1.050.784)	–	–
<b>Total</b>	<b>153.238.268</b>	<b>(117.589.800)</b>	<b>–</b>	<b>35.648.468</b>

### Final do Período (saldo em 31/12/2025)

Classe	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	Impairment Acumulado	Valor Contábil Líquido
Máquinas	47.172.106	(44.405.615)	–	2.766.491
Veículos	40.137.207	(30.429.518)	–	9.707.689
Benfeit. Prop. Terceiros	14.670.313	(7.565.313)	–	7.105.000
Obras	14.695.233	(14.410.695)	–	284.538
Equip. Computação	11.950.903	(9.855.971)	–	2.094.932
Correias Transport.	8.294.610	(8.294.610)	–	–
Terrenos	5.466.856	–	–	5.466.856
Móveis	5.245.851	(3.775.735)	–	1.470.116
Tratores	3.836.153	(3.836.153)	–	–
Outros	1.478.632	(1.397.752)	–	80.880
Ferrovias	1.050.784	(1.050.784)	–	–
<b>Total</b>	<b>153.998.648</b>	<b>(125.022.146)</b>	<b>–</b>	<b>28.976.502</b>

### f) Conciliação do Valor Contábil no início e no final do período

Classe	Saldo Líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Perda por Impairment	Reversão por Impairment	Depreciação	Saldo Líquido em 31/12/2025
Máquinas	2.261.302	943.736	(11.419)	–	–	(427.129)	2.766.491
Veículos	14.661.963	–	(22)	(75.080)	75.080	(4.954.252)	9.707.689
Benfeit. Prop. Terceiros	7.652.408	–	–	–	–	(547.408)	7.105.000
Obras	136.309	181.001	(29.778)	–	–	(2.994)	284.538
Equip. Computação	3.056.496	335.680	(15.005)	–	–	(1.282.239)	2.094.932
Correias Transport.	–	–	–	–	–	–	–
Terrenos	6.116.960	–	(650.104)	–	–	–	5.466.856
Móveis	1.678.242	45.875	(45.830)	–	–	(208.172)	1.470.116
Tratores	–	–	–	–	–	–	–
Outros	84.788	10.350	(4.107)	–	–	(10.150)	80.880
Ferrovias	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>35.648.468</b>	<b>1.516.643</b>	<b>(756.265)</b>	<b>(75.080)</b>	<b>75.080</b>	<b>(7.432.344)</b>	<b>28.976.502</b>

### g) Imobilizado em Andamento

As Imobilizações em Andamento representam gastos com ativos ainda não disponíveis para uso, portanto, não estão sujeitos à depreciação até a sua conclusão e entrada em operação, quando então são transferidos para a classe correspondente de imobilizado e passam a ser depreciados conforme a vida útil aplicável.



O saldo refere-se à reforma no Laboratório de Joinville.

	2025	2024
Imobilizados em andamento	1.489.442	848.178
<b>Total</b>	<b>1.489.442</b>	<b>848.178</b>

## 16. INTANGÍVEIS

### a) Critérios de mensuração

A Companhia classifica seus ativos intangíveis nas seguintes classes: (i) direito de uso de telefone, (ii) softwares e (iii) marcas. Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição.

### b) Amortização

Quando os intangíveis possuem vida útil definida, são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

### c) Vida útil e Taxas de Amortização

	Vida útil	Taxa
Direito de uso - telefone	Indefinida	–
Softwares	5 anos	20%
Marcas	Indefinida	–

### d) Valor contábil bruto e amortização acumulada

Início do Período (saldo em 01/01/2025)

Classe	Valor Contábil Bruto	Amortização Acumulada	Impairment Acumulado	Valor Contábil Líquido
Direito de uso - telefone	2.365	–	–	2.365
Softwares	4.268.170	(4.234.874)	–	33.296
Marcas	1.397	–	–	1.397
<b>Total</b>	<b>4.271.932</b>	<b>(4.234.874)</b>	<b>–</b>	<b>37.058</b>

**Final do Período (saldo em 31/12/2025)**

Classe	Valor Contábil Bruto	Amortização Acumulada	Impairment Acumulado	Valor Contábil Líquido
Direito de uso - telefone	2.365	-	-	2.365
Softwares	4.268.169	(4.259.009)	-	9.160
Marcas	1.397	-	-	1.397
<b>Total</b>	<b>4.271.932</b>	<b>(4.259.009)</b>	<b>-</b>	<b>12.923</b>

**e) Rubrica da DRE onde a amortização está incluída**

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida na rubrica “Depreciações e Amortizações”, dentro do grupo Despesas Gerais e Administrativas, totalizando R\$ 24.134,90 no período.

**f) Conciliação do Valor Contábil no início e no final do período**

Classe	Saldo Líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Perda por Impairment	Reversão por Impairment	Amortização	Saldo Líquido em 31/12/2025
Direito de uso - telefone	2.365	-	-	-	-	-	2.365
Softwares	33.296	-	-	-	-	(24.135)	9.161
Marcas	1.397	-	-	-	-	-	1.397
<b>Total</b>	<b>37.058</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.135)</b>	<b>12.923</b>

**17. FORNECEDORES**

Fornecedores referem-se às obrigações assumidas pela Companhia junto a terceiros pela aquisição de bens e serviços no curso normal de suas operações. São reconhecidos pelo valor contratual da obrigação e classificados no passivo circulante, exceto quando seu vencimento ocorrer após o encerramento do exercício seguinte, hipótese em que são apresentados no passivo não circulante.

	2025	2024
Fornecedores de bens e serviços	267.278	149.672

**18 TRIBUTOS A RECOLHER**

As Obrigações Tributárias e Sociais têm seu saldo vinculado aos tributos e contribuições sociais incidentes sobre as receitas auferidas, encargos da folha de pagamento e retenções sobre serviços tomados e no que se refere ao ICMS, são valores devidos à título de diferencial de alíquotas (DIFAL).



	2025	2024
ISS	21.646	17.769
ICMS	5.016	4.754
FGTS	1.533.749	1.439.125
PIS	6.162	6.667
COFINS	28.439	30.769
IR	4.245.319	3.834.384
CSLL	9.480	10.256
INSS	4.640.393	4.299.929
Parcelamento Receita Federal do Brasil (1)	191.512	191.512
<b>Total</b>	<b>10.681.716</b>	<b>9.835.166</b>

(1) Vide Nota 25

## 19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Correspondem aos valores de obrigações com consignações de folha de pagamento, férias e licenças com encargos provisionados.

	2025	2024
Férias e encargos sociais	18.959.968	17.966.177
Provisão de Licença Especial e encargos sociais	17.756.040	13.814.111
Consignações de folha em favor de terceiros	4.086.368	46.017
<b>Total</b>	<b>40.802.376</b>	<b>31.826.305</b>

## 20. PARTES RELACIONADAS - PASSIVO

Composto pelos valores destinados aos Programas de Demissão Incentivada e Programa de Demissão Voluntária Incentivada (vide Nota 8) e por valores pagos antecipadamente pelo sócio.

### a) Composição do saldo Passivo Circulante

	2025	2024
Programa de Demissão Incentivada	23.452.988	27.359.835
Programa de Demissão Voluntária Incentivada	3.807.918	--
Valores pagos antecipadamente pelo sócio	119.110	--
<b>Total</b>	<b>27.380.017</b>	<b>27.359.835</b>

## b) Composição do saldo Passivo Não Circulante

	2025	2024
Programa de Demissão Incentivada	47.839.031	
Programa de Demissão Voluntária Incentivada	4.873.813	
<b>Total</b>	<b>52.712.844</b>	<b>27.359.835</b>

## c) Valores pagos antecipadamente pelo sócio

No início do exercício, no âmbito da rotina de recolhimento do IRRF sobre a folha de salários (competências dezembro/2024 e 13º/2024), foi identificado que o pagamento foi efetuado seis vezes, sendo o valor devido à Receita Federal do Brasil R\$ 3.821.851,71, e que por falha operacional no arquivo SIGEF, resultou num pagamento total de R\$ 22.931.110,26, sendo indevido o montante de R\$ 19.109.258,55.

O Tesouro Estadual entendeu que o procedimento mais adequado para a recuperação dos valores seria por meio de compensação, e não recuperação.

Contabilmente, o montante pago a maior foi reconhecido como Tributos a Compensar, tendo como contrapartida a rubrica Valores pagos antecipadamente pelo sócio, refletindo que o Tesouro suportou o desembolso excedente como uma antecipação de recursos à Companhia.

A recuperação ocorreu por meio de compensações mensais do IRRF da folha nas competências subsequentes, utilizando-se o crédito registrado em “Tributos a compensar”. À medida que as compensações eram efetivas, houve a realização proporcional do saldo registrado em “Valores pagos antecipadamente pelo sócio”, reduzindo o passivo em igual montante.

---

## 21. CONVÊNIOS

---

Valores correspondentes a Convênios firmados com outras entidades, para desenvolver projetos de interesse da Cidasc. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cujo reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

O Convênio MAPA 945531/2023 firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, teve como objetivo atender ao Estado de Santa Catarina na emergência zoossanitária em função da detecção da infecção pelo vírus Influenza Aviária H5N1. O Convênio foi encerrado em 2025.

	2025	2024
MAPA 945531/2023 – Influenza Aviária	–	284.376
Corredor de Exportação Terminal Graneleiro	1.984.226	1.984.226
<b>Total</b>	<b>1.984.226</b>	<b>2.268.602</b>

---

## 22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

---

Outras obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte.

	2025	2024
Créditos não identificados (1)	901	901
Caução de contratos com fornecedores	148.431	759.984
Pagamentos devolvidos a regularizar (2)	181	2.510
Alvarás judiciais a identificar (3)	221.387	246.173
Ressarcimentos a colaboradores a pagar (4)	36.662	33.562
<b>Total</b>	<b>407.562</b>	<b>1.043.130</b>

- (1) Valores recebidos nas contas bancárias da Cidasc, contudo, não foram identificados a origem do crédito bancário.
- (2) Pagamentos efetuados, mas que por algum motivo impossibilitou a efetivação do pagamento, como nos casos de domicílio bancário incorreto, por exemplo. (Orientação Técnica GEFTE/DITE nº 002/2010).
- (3) Valor correspondente a alvarás judiciais recebidos e que não foram identificados a que processo se referem.
- (4) Despesas pagas pelos empregados e ressarcidas posteriormente pela empresa, que não podem ser submetidas por regime de adiantamento de viagem ou regime normal de execução, como alimentação em deslocamentos.

---

## 23. CONVÊNIOS LONGO PRAZO

---

### a) Forma de apresentação

A Companhia recebe recursos por meio de convênios e descentralizações financeiras oriundas de órgãos do Estado, destinados à aquisição de ativo imobilizado e/ou intangível. Tais recursos são inicialmente registrados no passivo, na rubrica “Recursos de Convênios Aplicados a Realizar”, e a respectiva receita é reconhecida ao resultado de forma sistemática, na mesma base do reconhecimento da depreciação/amortização dos bens adquiridos com essas fontes, como forma de confrontação com os gastos relacionados.

A rubrica “Descentralizações a realizar” representa, principalmente, os recursos descentralizados para investimentos na Defesa Agropecuária, com destaque para repasses oriundos da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDERURAL.

**b) Natureza e extensão das subvenções reconhecidas**

	2025	2024
MAPA 762788/2011	–	217
MAPA 794620/2013	–	82.917
MAPA 945531/2023	1.103.044	1.378.887
MPSC FRBL 9/2015	3.573	9.778
Descentralizações a realizar	7.983.377	13.351.547
<b>Total</b>	<b>9.089.994</b>	<b>14.823.346</b>

**c) Condições associadas**

Em geral, os convênios e descentralizações financeiras estão vinculados ao cumprimento do objeto pactuado (aquisição e utilização dos bens na finalidade pública prevista), à prestação de contas e à observância de critérios de execução e comprovação documental. O descumprimento das condições pode implicar glosa de despesas e/ou devolução dos valores recebidos, conforme regras do instrumento. Na data-base, a Administração acompanha a execução e a prestação de contas dos instrumentos vigentes, mantendo os saldos no passivo até sua realização por meio do reconhecimento da depreciação/amortização dos bens adquiridos.

---

**24. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

---

A Companhia reconhece provisões para contingências quando existe obrigação presente decorrente de eventos passados e é provável a saída de recursos para liquidá-la, com base na avaliação e opinião dos assessores legais. As provisões estão classificadas nas naturezas trabalhista e cível.

**a) Composição do saldo**

	2025	2024
Provisão Trabalhista	9.130.570	11.358.349
Provisão Cível	998.170	1.777.745
Contratos em Discussão Judicial	15.958.944	15.958.944
<b>Total</b>	<b>26.087.684</b>	<b>29.095.038</b>

**b) Movimentação do período**

	Início do Período	Adições	Reversões	Final do Período
Trabalhista	11.358.349	581.530	(2.809.309)	9.130.570
Cível	1.777.745	241.700	(1.021.274)	998.170
Contratos em Discussão Judicial	–	15.958.944	–	15.958.944
<b>Total</b>	<b>13.136.094</b>	<b>16.782.174</b>	<b>(3.830.583)</b>	<b>26.087.684</b>

### c) Natureza da obrigação

**Provisão trabalhista** - Referem-se a valores provisionados decorrentes de processos trabalhistas em curso, classificados como perda provável. Atualmente, os débitos trabalhistas decorrentes de ações judiciais vêm sendo pagos por meio de precatórios, conforme o art. 100 da Constituição Federal, em decorrência da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 542. Entretanto, permanece a possibilidade de posterior cobrança destes valores pelo Estado, o que constitui fator de incerteza quanto ao cronograma e à forma de liquidação.

**Provisão cível** - A provisão cível corresponde aos valores estimados para fazer frente a ações judiciais de natureza cível em andamento, classificadas como perda provável pelos assessores legais.

**Contratos em discussão judicial** - Refere-se a processo judicial oriundo de Parceria Público-Privada (PPP) firmada em 2004, cujo objetivo era a melhoria da estrutura do corredor de exportação do Terminal Graneleiro, no montante de R\$ 15.958.944. Em 2022, o tema estava relacionado a um único processo, com decisão desfavorável em primeira instância, tendo a Companhia interposto recurso em instância superior. Os valores no exercício de 2024 foram apresentados no Balanço Patrimonial em "Outros" no Passivo Não Circulante. Mas devido à sua natureza, foram apresentados neste Balanço como Provisão de Contingências.

### d) Passivos Contingentes

Os passivos contingentes referem-se a processos judiciais em andamento classificados como perda possível pelos assessores legais, razão pela qual não é constituída provisão. As contingências são de natureza trabalhista e cível. Não é praticável estimar o efeito financeiro dessas contingências na data-base. Ressalta-se que existem incertezas quanto ao valor e ao cronograma de eventual saída de recursos, pois dependem do estágio processual e de decisões futuras. Não há expectativa de reembolso relacionada a esses passivos contingentes.

	2025	2024
Trabalhista	17.460.584	19.019.371
Cível	124.861.562	124.175.384
<b>Total</b>	<b>142.322.146</b>	<b>143.194.755</b>

---

## 25. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

---

É composto pelo parcelamento junto à Receita Federal do Brasil. A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, conhecido como REFIS DA COPA.



Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento dos valores devidos a “Outras Entidades” incidente sobre a folha de pagamento, durante os meses de maio/2011 a dezembro/2011. O valor do montante não recolhido foi de R\$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a pertinência da adesão e esta, em 21/08/2014, emitiu parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

**a) Composição do Saldo**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Parcelamento RFB Lei nº 12.996/2014	396.850	588.361
Contratos em Discussão Judicial (ver nota 24)	--	15.958.944
<b>Total</b>	<b>396.850</b>	<b>16.547.306</b>

**b) Composição total do Parcelamento**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Circulante	191.512	191.512
Não Circulante	396.850	588.361
<b>Total</b>	<b>588.361</b>	<b>779.873</b>

---

## **26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

---

**a) Composição do saldo**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Capital Social (b)	49.208.424	49.208.424
Reserva de Reavaliações (c)	4.761.800	4.761.800
Reserva de Capital (d)	13.953.092	13.953.092
Prejuízo do Exercício	(3.121.283)	(4.523.290)
Prejuízos Acumulados	(92.519.086)	(87.741.922)
<b>Total</b>	<b>(27.717.053)</b>	<b>(24.341.896)</b>

**b) Capital Social**

O Capital Social Subscrito apresenta um montante de R\$ 49.208.423,68, cujas ações nominais estão integralizadas pelo único acionista – o Governo de Estado de Santa Catarina.



### c) Reserva de Reavaliação

Em 1999, a CIDASC procedeu às reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa no estado. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da Reserva de Reavaliação é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.

### d) Reserva de Capital

Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação CAP (Conselho de Autoridade Portuária) nº 82/02-X.

Em 2022, houve transferência parcial do saldo para a conta Convênios e Contratos – Discussão Judicial no Passivo Não Circulante, já que uma das empresas que integrava a Parceria Público-Privada ingressou com ação judicial e houve decisão desfavorável à CIDASC em primeira instância. A CIDASC já ingressou com recurso em instância superior.

Vide Nota 24 (c)

---

## 27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

As receitas operacionais são obtidas através das receitas de revenda de mercadorias, prestação de serviços e arrecadação de tributos.

As receitas comerciais referem-se à revenda de guias de Trânsito Animal de Defesa Sanitária Animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal e apoio laboratorial.

Já as receitas tributárias são oriundas das taxas da Defesa Sanitária Animal e Vegetal, multas aplicadas pela Inspeção de Produtos de Origem Animal e de valores inscritos em dívida ativa.



	2025	2024
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>7.363.337</b>	<b>6.765.602</b>
Revenda de Mercadorias	353	671
Prestação de Serviços	771.454	916.125
Receitas Tributárias	6.591.530	5.848.805
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(112.329)</b>	<b>(130.221)</b>
ISS	(38.134)	(45.284)
PIS	(15.493)	(15.151)
COFINS	(58.702)	(69.786)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>7.251.008</b>	<b>6.635.381</b>

## 28. CUSTOS

Os custos são aplicados diretamente para a geração de receitas. Os Custos associados à receita de tributos no ano de 2024 eram contabilizados junto aos Custos de Mercadorias Vendidas.

	2025	2024
Custos das Mercadorias Vendidas	117	1.117.845
Custo dos Serviços Prestados	176.759	1.584.606
Custo associados à Receita de Tributos	2.246.364	—
<b>Total</b>	<b>2.423.239</b>	<b>2.702.451</b>

## 29. DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são as despesas mais relevantes do resultado, sendo que as despesas com pessoal são as que têm maior representatividade (quadro analítico abaixo).

	2025	2024
Pessoal (a.1)	255.939.024	234.519.915
Benefícios a empregados (a.2)	26.685.756	22.927.531
Gerais	27.500.436	29.865.367
Tributárias	396.966	431.562
<b>Total</b>	<b>310.522.361</b>	<b>287.744.345</b>

**a.1) Pessoal**

	2025	2024
Folha de Pagamento e Encargos	180.752.469	166.388.089
Provisões e Encargos	40.785.292	28.575.110
Programa de Demissão Incentivada	28.306.396	33.828.789
Programa de Demissão Voluntária Incentivada	2.887.685	--
Despesas de processos judiciais (provisão e indenizações)	1.952.712	4.167.700
Medicina e Segurança do Trabalho	301.433	611.730
Estagiários	151.450	208.231
Honorários Diretoria	664.482	625.659
Jetons Conselho Fiscal	51.111	46.091
Jetons Conselho de Administração	86.176	68.516
<b>Total</b>	<b>255.939.024</b>	<b>234.519.915</b>

**a.2) Benefícios a empregados**

	2025	2024
Vale Alimentação	11.081.604	8.959.817
Contribuição patronal plano de saúde	6.543.367	5.678.527
Contribuição patronal previdência complementar	4.790.967	4.406.949
Auxílio Creche/babá	2.967.187	2.906.448
Inscrições em cursos/treinamentos	701.074	558.290
Diárias	569.240	401.737
Auxílio Fúnebre	18.200	1.240
Auxílio Mudança	5.220	9.480
Vale Transporte	8.897	5.042
<b>Total</b>	<b>26.685.756</b>	<b>22.927.531</b>

A Companhia contabiliza o plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, reconhecendo como despesa as contribuições devidas no período. Na data-base, eventual passivo refere-se exclusivamente a contribuições incorridas e ainda não pagas.

No exercício, as contribuições reconhecidas totalizaram R\$ 4.587.751,31.

**b) Outras Receitas**

São classificadas como outras receitas, as receitas provenientes de subvenções e receitas diversas como reversão de provisões, indenizações recebidas, e ganhos na venda de imobilizado.

	2025	2024
Subvenções Recebidas (b.1)	279.482.400	269.936.228
Outras Receitas (b.2)	15.512.018	9.118.113
Ganho de Capital	5.938.912	69.759
<b>Total</b>	<b>300.933.331</b>	<b>279.194.099</b>



### b.1) Subvenções Recebidas

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos.

Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Secretaria do Estado da Agricultura e da Pecuária (SAR) e do Ministério Público do Santa Catarina, que concedeu recursos para o projeto “Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária”.

	2025	2024
Subvenções Governo do Estado de SC	272.291.876	262.956.556
Descentralizações de outros órgãos	6.825.342	6.279.031
Convênios	365.182	700.641
<b>Total</b>	<b>279.482.400</b>	<b>269.936.228</b>

### b.2) Outras Receitas

	2025	2024
Locações	13.415	57.344
Reversões de provisões	14.889.957	8.561.025
Doações	89.612	795
Multas contratuais	4.420	32.811
Outras receitas	514.613	536.138
<b>Total</b>	<b>15.512.018</b>	<b>9.188.113</b>

### c) Outras Despesas

	2025	2024
Perdas na alienação ou baixa de imobilizados	75.080	83.424
<b>Total</b>	<b>75.080</b>	<b>83.424</b>

---

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

---

O Resultado financeiro corresponde ao lucro que envolve atividades não operacionais da empresa.



	2025	2024
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1.949.375</b>	<b>424.402</b>
Juros Ativos	1.634.252	9.131
Variações Monetárias	60.724	134.543
Multas	711	5.008
Rendimento Aplicação Financeira	13.600	21.480
Descontos Recebidos	240.088	254.240
<b>(-) Despesas Financeiras</b>	<b>(215.106)</b>	<b>(246.922)</b>
Juros Passivos	(190.396)	(167.540)
Variações Monetárias	(4.649)	(43.817)
Tarifas Bancárias	(20.061)	(35.565)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.734.269</b>	<b>177.480</b>

Em 2025, a variação do resultado financeiro foi influenciada, principalmente, pelo aumento de juros SELIC associados à compensação do IRRF sobre a folha ao longo do exercício, a qual impactou a movimentação de saldos e a remuneração financeira relacionada. A SELIC é o índice oficial aplicável em compensações, restituições e ressarcimentos de tributos federais, incidindo desde a data do pagamento indevido e sendo calculada automaticamente pelo sistema, o que elevou o montante de juros reconhecido no período.

---

### 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

---

Estamos sujeitos à alíquota de 34% composta por uma alíquota de 15% de imposto de renda, e adicional de 10% e de uma alíquota de 9% de contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, contudo, não reconheceu tributos diferidos relacionados ao prejuízo fiscal e à base negativa de CSLL e/ou a diferenças temporárias dedutíveis, uma vez que, na data-base, a Administração avaliou não haver evidência suficiente de lucros tributáveis futuros para suportar o reconhecimento do respectivo ativo fiscal diferido. Assim, a despesa (receita) tributária reconhecida no período foi nula.

---

### 32. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

---

Em 2025, a Companhia registrou ajustes de exercícios anteriores para refletir correções e regularizações vinculadas a fatos geradores de períodos anteriores, identificadas no curso de conciliações contábeis e revisões documentais. Em razão da

antiguidade de parte dos eventos e da ausência/limitação de documentação suporte em alguns casos, não é praticável segregar os efeitos por cada exercício anterior específico e por cada linha comparativa das demonstrações. Ao final do exercício, o efeito líquido dos ajustes apurado na rubrica foi transferido para “Prejuízos acumulados”, totalizando R\$ 253.873,47.

De forma resumida, os principais ajustes efetuados em 2025 compreenderam:

**a) Devolução de saldos remanescentes de projetos/convênios (entradas bancárias)**

Foram registrados ingressos financeiros decorrentes de devolução de saldos remanescentes, totalizando R\$ 51.446,05, contabilizados em Caixa e equivalentes de caixa.

**b) Regularizações de “Tributos a recuperar”**

Foram registrados ajustes e baixas de créditos tributários, incluindo: indeferimentos de PER/DCOMP e diferenças entre saldos contábeis e valores efetivamente compensados (ex.: IRRF 2003/2004); baixas por prescrição e por ausência de documentação suporte (incluindo créditos de PIS/COFINS – competência 12/2005); ajustes de compensação de INSS e retenções diversas. O conjunto desses movimentos totalizou R\$ 305.290,12 em registros vinculados a Tributos a recuperar (ajustes/baixas).

**c) Outros ajustes**

Incluiu-se ajuste pontual de saldo relacionado a obrigações salariais a pagar, no montante de R\$ 19.848,54, além de correções e reclassificações de menor monta.

---

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

A entidade não apresentou eventos subsequentes entre a data da emissão das demonstrações e a autorização para emissão das demonstrações.

---

### 34. GESTÃO DE CAPITAL

---

A Companhia administra seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional e a capacidade de cumprimento de suas finalidades institucionais. Para fins de gestão, a Administração define capital como o Patrimônio Líquido, composto por capital social, reservas e prejuízos acumulados.



Na data-base, a Companhia apresenta Patrimônio Líquido negativo, situação acompanhada pela Administração e pelo controlador. Na condição de empresa estatal dependente, a continuidade das operações é suportada, principalmente, por repasses do Tesouro Estadual, complementados por receitas próprias e, quando aplicável, por convênios e descentralizações. A gestão de capital é realizada por meio do acompanhamento do orçamento e da execução financeira. A Companhia está sujeita às disposições legais e estatutárias aplicáveis às empresas estatais e às diretrizes do controlador quanto à sustentabilidade financeira.

**Celles Regina de Matos**  
Presidente

**Paola Colombi**  
Contadora CRC/SC 036436/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**  
**DEMONSTRA OES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025**

Aos Conselheiros e Administradores da

**Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC**

### **Opinião**

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC**, que compreendem o Balanço Patrimonial (BP), Demonstra o do Resultado e Exercício (DRE), Demonstra o do Valor Adicionado (DVA), Demonstra o dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstra o das Muta es do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em nossa opinião, as Demonstra es Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posi o patrimonial e financeira da **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC**, o desempenho de suas opera es para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei 6.404/76 e posteriores atualiza es e os Pronunciamentos Técnicos CPC.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstra es Contábeis". Somos independentes em rela o   Institui o, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a **evidência** de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa **opinião**.

## Parágrafo de ênfase

- 1. Continuidade Operacional** - Chamamos a atenção para o item 8.2.3, que evidencia que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 27.717.053, decorrente de prejuízos acumulados relevantes. Essa condição indica a existência de incerteza significativa quanto   continuidade operacional da entidade, cuja manutenção depende de aportes financeiros do ente controlador e da implementação de medidas de reequilíbrio econ mico-financeiro. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Pontuamos ainda que as Notas Explicativas não apresentam detalhamento adequado quanto:   origem dos prejuízos acumulados;   natureza dos ajustes de exercícios anteriores; aos critérios utilizados para reconhecimento desses ajustes; aos impactos desses registros sobre o resultado e o patrimônio líquido.

A ausência dessas informações compromete a adequada compreensão das demonstrações contábeis e pode afetar a avaliação da consistência e fidedignidade dos saldos apresentados.

- 2. Pagamento sêxtuplo de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** - A CIDASC pagou o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) da folha de pagamento **seis vezes** devido a um erro no arquivo do SIGEF, gerando uma saída indevida de caixa de **R\$ 19.109.258,55**. Embora a Companhia esteja compensando os valores, o desembolso não autorizado **evidencia grave fragilidade nos controles de aprovação financeira**.

- 3. Distorção contábil – Classificação inadequada de provisões** - Conforme item 8.2.2.1, verificou-se que determinadas obrigações trabalhistas e sociais, incluindo salários, encargos e benefícios, foram indevidamente classificadas como provisões.

Nos termos da NBC TG 25 (CPC 25), tais elementos não possuem incerteza relevante quanto   sua exigibilidade ou valor, devendo ser reconhecidos como obrigações (passivos certos).

Essa classifica o inadequada pode distorcer a apresenta o das demonstra es contábeis, especialmente quanto   natureza e ao grau de incerteza dos passivos.

### **Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es Contábeis.**

A administra o da **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC**   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas Demonstra es Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Público NBC TSP 16.6 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elabora o de Demonstra es Contábeis livre de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das Demonstra es Contábeis, a administra o   responsável, pela avalia o da capacidade de a Institui o continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das Demonstra es Contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a Institui o ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da Institui o são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das Demonstra es Contábeis.

### **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstra es Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor es relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes. As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstra es Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor es relevantes nas Demonstra es Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante, resultante de fraude   maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Institui o.
- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso pela administra o, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas demonstra es contábeis ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar a Institui o a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstra es Contábeis, inclusive as divulga es e se as Demonstra es Contábeis representam as correspondentes transa es e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresenta o adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências  ticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Brasília – DF, 30 de março de 2026.

F bia Marques Braga

CRC: 013977/DF

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.

CNPJ: 43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277

CVM: 013277



Reinaldo Santos Oliveira Júnior

CRC: 006350/SE

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.

CNPJ: 43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### ENCERRAMENTO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2025

O Conselho Fiscal da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, em reunião realizada no dia 10 de abril de 2026, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2025.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da Metropole Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

Florianópolis (SC), 10 de abril de 2026.

**Décio Alfredo Rockenbach** – Presidente

**Emerson Martins** – Membro

**Sheila Meirelles** - Membro